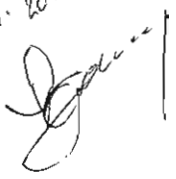


APROVADA P/ UNANIMIDADE
Reunião A.M. 2010-02-76




MUNICÍPIO DO FUNDÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta nº 7/2009

Realizada em 21 de Dezembro de 2009

ACTA N.º 7/2009

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Vítor Ângelo Costa Martins e secretariada por Luís Gavinhos e António Albino Sousa Carvalho. Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros: Maria do Carmo Nogueira, José Manuel Anacleto que justificaram atempadamente a sua ausência e foram substituídos respectivamente pelos membros Pedro Cunha Boavida e João Gonçalves. Faltaram ainda os membros Rogério Manuel Hilário e José Manuel Neves Costa que não apresentaram justificação. Os Presidentes de Junta de Freguesia de Alcaria, Mata da Rainha, Soalheira e Valverde foram substituídos pelos seus representantes legais.

Tomaram posse do cargo de Membros da Assembleia Municipal do Fundão os membros Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes e José Manuel dos Santos Cruz.

Estiveram presentes todos os membros do Executivo.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município;

2.2 – Organização Interna da Assembleia Municipal:

2.2.1 – Constituição de Grupos Municipais e Comissões;

2.2.2 – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia Representante do Município na Assembleia Distrital;

2.2.3 - Eleição do Presidente de Junta de Freguesia Representante do Município no Congresso da Associação Nacional de Municípios;

2.2.4 - Eleição do Presidente de Junta de Freguesia e de dois representantes da Assembleia Municipal para o Conselho Geral da FTM – Fundão Turismo, de acordo com o nº 1 do artigo 7º e da alínea b) do nº 4 da Lei 12/2004;

2.2.5 – Eleição de um autarca de freguesia para o Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna;

2.2.6 – Eleição de um autarca de freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios;

2.2.7 – Eleição de cinco representantes da Assembleia Municipal na Comurbeiras, CIM;

2.2.8 – Eleição do representante da AM para o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde da Cova da Beira (ACES) – Belmonte, Covilhã e Fundão;

2.2.9 – Eleição de um representante da Assembleia Municipal para a Comissão de Nível Concelhio para o Licenciamento Comercial;

2.3 - Apreciação e votação dos documentos Previsionais para o ano 2010;

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal “Desafecção do Domínio Público de duas Parcelas de Terreno sitas em Tapada Nova – Fundão;

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal para “Transferência de Competências para as Juntas de Freguesia – Aprovação de Minuta do Protocolo”.

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** saudou os membros presentes e em especial os recentemente eleitos, a quem desejou um bom trabalho em prol do Fundão e do seu concelho. Saudou também o Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, a Comunicação Social e todas as pessoas presentes. Acentuou que a Mesa conta que este mandato seja marcado por um debate vivo, com confronto de ideias e grande respeito mútuo, para que a Assembleia Municipal e o Fundão saiam dignificados. Apresentou as actas 5/2009 e 6/2009 para análise e votação. Relativamente à acta nº 6/2009, o Senhor Aires Patrício disse que devia constar na acta que ele próprio fez parte da Mesa, juntamente com outros membros mencionados. O Senhor Presidente da Mesa disse que iria ser introduzido o nome do Membro Aires Patrício naquela acta. Postas à votação, foram aprovadas por unanimidade. O **Senhor Presidente da Mesa** aproveitou esta ocasião para lembrar que os Membros da Assembleia Municipal durante as sessões e nas actas eram tratados pelo seu nome, sem títulos académicos ou outros e solicitou que os membros da AM fizessem sempre as suas intervenções na tribuna para efeitos de gravação. Informou ainda que, com a constituição da nova comissão permanente, iria ser revisto o Regimento da Assembleia Municipal, para serem introduzidas as adaptações formais resultantes do acto eleitoral e que na próxima sessão da AM a Mesa traria uma proposta sobre esta matéria. A sessão em curso funcionaria com o Regimento em vigor, com os mesmos tempos atribuídos ao PSD, PS e CDU, incluindo 3 minutos no PAOD para o CDS/PP e algum “independente” que queira usar da palavra.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aires Patrício – Cumprimentou todos os presentes e fez votos de um Bom Natal e um óptimo Ano Novo. Pediu antecipadamente desculpa se, do ponto de vista formal, cometesse algum deslize, pelo facto de se encontrar pela 1ª vez na Assembleia Municipal. Como único elemento do CDS/PP eleito para a AM, considerou o tempo para intervir muito curto, pelo que pouco ou nada podia dizer. Falou sobre Alpedrinha lamentando que nos últimos 8 anos, para além da intervenção no Palácio do Picadeiro, pouco ou nada tenha sido feito. Fazia-se uma recolha de lixo diária na rua onde reside, mas que inexplicavelmente isso deixou de ser feito. Há também na sua freguesia vários caminhos vicinais em péssimo estado, praticamente intransitáveis. Solicitou à Câmara que intercedesse junto da EP, para que fosse efectuada a reparação do pavimento da EN 18 entre Castelo Novo e o Fundão, que se encontra terrivelmente degradado. Deu também o exemplo do Loteamento Espírito Santo, no Fundão, cujo piso está em lastimável estado. Sobre o velho problema da rede de distribuição de água na freguesia de Alpedrinha, afirmou que a mesma era uma mistura de tubo galvanizado, com luzalite e PVC, que rebentava constantemente, pelo que era urgente a sua substituição durante este mandato. Sobre o Piquete de Águas da Câmara Municipal, considerou que o seu esquema de funcionamento devia ser mais ágil, não devendo fazer um “horário de secretaria”, já que assim privam as pessoas do consumo de água durante muito tempo, quando se torna necessário reparar avarias ou rebentamentos. Continuando a falar de Alpedrinha, informou que a camada de alcatrão colocada na EN 18 deixou algumas habitações abaixo do nível do alcatrão o que causa muitos problemas aos residentes e que também a EDP resolveu partir uma pedra única, uma espécie de monumento para a


sua terra (Pedra da Paciência), para implantar um poste de iluminação, completamente disparatado e mal colocado. Solicitou que a Câmara Municipal exerça a sua influência junto da EDP e PT para que se acabe com o festival de fios, com a agravante que partem e danificam catenárias, sem o mínimo de respeito pelo património que é de todos. Verificou que na freguesia de Alpedrinha há ruas sem iluminação. Pediu a oposição firme da Câmara Municipal contra a destruição do que resta da calçada romana e que alguém soterrou uma fonte e mudou a localização de outra sem autorização do IPPAR, que ele próprio contactou mas que nada fez para resolver o problema. Solicitou também à Câmara para proceder ao restauro das fontes públicas e à sua análise clínica e que fosse dado conhecimento dos resultados publicamente. Finalmente pediu à Câmara que apoie projectos que tem em seu poder, que se revistam de interesse para a região.

Catarina Gavinhos - Apresentou um documento que se junta à presente acta, constituindo o Anexo I.

Pedro Leal Salvado - Desejou a todos um Bom Natal e um Bom ano de 2010 e felicitou o PSD pelos seus êxitos na Câmara e Assembleia Municipal. Sobre o PDM, considerou que há pouca informação disponível por parte da Câmara sobre o assunto, dando 3 razões para justificar a importância de tal instrumento: a 1ª porque o PDM é um grande passo para transformar a Cova da Beira numa zona metropolitana e unitária, passando-se assim das intenções à acção no aspecto da coesão da Cova da Beira. Devia parar-se nomeadamente com a construção na Serra da Gardunha, o que considera um ataque a um dos maiores patrimónios do nosso concelho e da região. A 2ª razão tem a ver com o combate à desertificação, uma vez que existem muitas pessoas que querem voltar às suas freguesias, mas por imposição do PDM não o podem fazer porque só há zonas RAN e REN a bloquear os seus desejos. A 3ª razão era o PDM ser aprovado rapidamente, também por questões de transparência, já que se devia definir de uma vez por todas onde se pode ou não construir, porque assistimos a suspensões do PDM que podem criar suspeições, provavelmente infundadas. Hoje já não se pergunta onde se pode construir, mas quem é que pode construir.

Presidente da Mesa - Considerou muito pertinente a intervenção da Membro Catarina Gavinhos relativamente à questão do correio electrónico, considerando que a Mesa irá diligenciar para que esse aspecto possa em definitivo ser introduzido. Quanto às alterações ao Regimento, será em sede de comissão permanente que as mesmas serão avaliadas. Quanto às instalações da Assembleia Municipal considerou existir um deficit que terá de ser rapidamente superado.

Nuno Baltazar Mendes – Cumprimentou todos os presentes e desejou um óptimo Natal e um Feliz Ano em seu nome pessoal e do Partido Socialista. Saudou todos os eleitos presentes e em primeiro lugar o Senhor Presidente da Câmara pela sua inequívoca vitória. Realçou a importância da exposição de árvores de Natal no jardim municipal, efectuadas pelas Escolas do 1º Ciclo, utilizando material reciclado. Louvou a iniciativa e estimulou a sua continuidade em anos futuros, porque representam em termos ambientais e culturais um papel muito importante. Informou que em sede de comissão permanente o PS apresentaria algumas propostas de alteração do Regimento, nomeadamente quanto à intervenção do público no início e não no fim de cada sessão. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, assumiu que o PS iria desempenhar uma oposição responsável, construtiva e leal, no sentido político do termo, ao longo dos próximos 4 anos. Disse

4 

também que o Senhor Presidente da Câmara já tinha escrito o seu papel na história do concelho do Fundão, por direito próprio porque o mereceu e o povo do Fundão o reconheceu. O 3º e último mandato do Dr. Manuel Frexes será de especial responsabilidade, esperando que seja marcado como um mandato diferente, no que pode significar de mobilização das pessoas na criação de um novo projecto, numa nova forma de ser e desenvolver este concelho.

Henrique Dias - Cumprimentou os presentes e em nome do PSD deixou votos de Boas Festas e excelente Ano Novo. Considerando a Assembleia Municipal o órgão de excelência da discussão dos problemas do concelho, é com satisfação que a ela regressa. Agradeceu as manifestações de solidariedade e as palavras amigas de todas as pessoas para com a Escola Profissional do Fundão, aquando do falecimento do seu Director, Dr. Santos Costa. Ao contrário de há 4 anos atrás, estava muito satisfeito com as palavras oficiais do PS do Fundão e a postura responsável que pretendem assumir doravante. Por outro lado ao darem os parabéns aos vencedores das eleições demonstraram perante a Assembleia Municipal uma grande humildade democrática, que enaltece e agradece. Frisou que a dignidade dos actos era um recado para todos e que o PSD está ciente que essa dignidade vai continuar a ser uma realidade. O povo votou no PSD e na sua equipa e sobretudo na sua estratégia de desenvolvimento do concelho. Entende que devem ser articuladas políticas, não só em termos territoriais, mas também sectoriais, como a educação e a acção social, no sentido de todos aqui podermos construir um grande pólo de interesse e atracção destinado a pessoas que neste momento estejam direccionados para outras zonas do País. Afirmou que a Mesa da AM podia contar com o trabalho árduo do PSD no sentido do desenvolvimento do concelho do Fundão.

Marco Marques – Cumprimentou os presentes e fez votos de Feliz Natal e um Ano Novo cheio de saúde. Sobre a perspectiva do Governo em adjudicar o IC 31, considera o facto muito importante para o País, para a região e em particular para o concelho do Fundão. Aquela via vai possibilitar a ligação a Espanha e a Madrid, desde a Figueira da Foz, através da passagem pelas zonas mais desfavorecidas do País, nomeadamente Oleiros e o sul do concelho do Fundão. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que efectue todas as suas diligências no sentido de que o traçado seja escolhido em definitivo e apelou também ao PS do Fundão para que demonstre a sua posição e que interceda junto das instâncias certas para que aquele traçado seja o escolhido, ligando Monfortinho ao IC8, pela zona de Oleiros, a passar a sul do concelho do Fundão e a norte do concelho de Castelo Branco, fazendo assim com que nenhuma via tenha necessidade de ser duplicada. Concordou com o Membro Pedro Salvado relativamente ao PDM, já que todos necessitam desse documento aprovado e as freguesias precisam de uma expansão a todos os níveis maior do que a que está classificada em PDM. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que intercedesse junto das entidades responsáveis para que o Plano Regional de Ordenamento do Território seja uma realidade, já que sem a aprovação desse documento nenhum PDM deste País poderá ser aprovado, ficando todos de mãos e braços atados, sem conseguir desenvolver as suas freguesias.

Eduardo Saraiva – Cumprimentou os presentes e desejou Bom Natal e Ano Novo. Deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Manuel Frexes, pela sua eleição como Vice-presidente da ANMP e também por ser nomeado através daquele órgão para fazer parte do Comité das Regiões da União Europeia. Corroborou as palavras da CDU, para que no âmbito de uma candidatura ou de outra forma fosse encontrado um espaço novo

para a Assembleia Municipal, com melhores condições. Congratulou-se também com a exposição de árvores de Natal, informando que a revista “Papa-léguas” traria na sua 1ª página árvores daquela exposição. Mostrou a sua surpresa pela visita do Senhor Ministro da Agricultura à Casa Quintela, em Atalaia do Campo, tendo o Executivo sido informado desse facto à última hora, o que impediu que se tivesse disponibilizado o Salão Nobre para receber o Senhor Ministro, em vez de ter de se deslocar para uma unidade hoteleira, o que no seu entender é de lamentar. Acha que deve ser sempre dignificada a visita de qualquer ministro, mas também as autarquias e o seu Presidente, o que não aconteceu neste caso. Realçou o trabalho meritório com que os serviços de protecção civil do Fundão e em particular o Senhor Vereador desse pelouro, actuaram perante o nevão da véspera, realizando um trabalho de prontidão e eficiência, colocando nas ruas máquinas e sal que minimizaram rapidamente os problemas de circulação.

Presidente da Câmara – Cumprimentou todos e em especial os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e os novos eleitos. Registou a atitude positiva de todas as forças políticas presentes na Assembleia Municipal no sentido de construirmos em conjunto um Fundão melhor. Saudou também todos aqueles que não conseguiram ser eleitos, louvou a sua atitude e desejou as maiores felicidades aos que cessaram os seus mandatos e estão agora noutras funções. Respondendo ao membro Aires Patrício disse que a Câmara tem um plano bem definido, relativamente à freguesia de Alpedrinha e que uma das pedras basilares da estratégia delineada é a preservação e recuperação do seu riquíssimo património, assim como ao nível das redes de água e saneamento. Informou que no último Verão se teve de realizar um trabalho árduo a nível do abastecimento de água, que caso não tivesse sido feito se teriam passado por situações quase dramáticas, com graves problemas de falta de água. Pediu ao Membro Aires Patrício para que dentro de um espírito de cooperação, reunisse com o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Alpedrinha, para ser informado de tudo o que se passa na freguesia e serem resolvidos alguns dos problemas mencionados. Respondendo ao Membro Catarina Gavinhos informou que a empresa ex-Massito vive uma situação deveras preocupante, que reuniu na semana anterior com os proprietários e a situação relatada não é a melhor, o que provavelmente levará ao seu encerramento. A câmara Municipal tentou mas não pode fazer mais, devido a constrangimentos de ordem legal e financeira. Poderia existir uma oportunidade de mercado, mas as instituições bancárias não concedem financiamentos para este tipo de mercado. A Câmara Municipal vai continuar a ajudar e a fazer o que pode, mas teme que só isso não chegue. Quanto às instalações da Assembleia Municipal, considera que as mesmas podem e devem ser melhores. Existem alguns espaços, a começar pelo auditório da Escola Profissional ou da Moagem e até o espaço do antigo Casino fundanense, que podem ser vistos e estudados. Em conjunto a Câmara e Assembleia Municipal irão reflectir sobre as várias possibilidades e serão encontradas as melhores soluções. Relativamente ao PDM do Fundão considerou-o indiscutivelmente um instrumento muito importante para o desenvolvimento de qualquer concelho, sendo aquele o primeiro documento para sabermos que tipo de uso damos ao solo e ao território que nos está confiado. A Câmara Municipal fez o seu trabalho e alterou o PDM, acolheu e introduziu as sugestões preconizadas pelas Juntas de Freguesia, o trabalho foi entregue ao órgão próprio e infelizmente até hoje não foi possível torná-lo realidade. Informou também que ainda não será no próximo ano que o mesmo entrará em vigor, já que constantemente aparece legislação e novas situações que obrigam a adaptações do nosso PDM e causam entraves a quem quer construir e ao próprio desenvolvimento do mundo rural. Antes do final de 2010 não será aprovado o Plano

H20-
Barral

Regional de Ordenamento do território, documento essencial para a aprovação do PDM, já que tem de obedecer às regras do mesmo. A estratégia desta Câmara Municipal foi a de tomar decisões no mais estrito respeito pela legalidade, nunca foi aprovada qualquer construção que invadisse a Serra da Gardunha, um dos nossos principais activos. Informou que o que está implantado no limite da Gardunha foi decisão do Executivo anterior ao seu, mas tudo é respeitado pelo actual executivo. A Câmara Municipal tem muitos desafios pela frente, exemplificando com o Plano REFER que vai ter um impacto muito forte e directo na ocupação do solo urbano. Com o encerramento das passagens de nível toda a leitura do Fundão será completamente diferente, a área urbana vai duplicar de um momento para o outro. Todos os territórios entre a linha do comboio e as novas avenidas em construção vão ser solo organizável, mas de uma forma harmoniosa e com ênfase na qualidade de vida. Sobre o novo corredor viário de ligação a Espanha a Câmara defende o IC 31 directo à Figueira da Foz. Para já esse corredor não está definido e provavelmente serão postas a discussão várias alternativas, sendo certo que nem todos os seus colegas Presidentes de Câmara têm a mesma visão sobre o assunto. Quando possuir mais informação sobre o assunto, fá-la-á chegar à Assembleia Municipal para que seja elaborada uma estratégia comum de luta pelo que se considera ser mais importante para o desenvolvimento integrado da nossa região.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

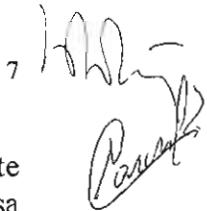
O Senhor Presidente da Mesa informou a Assembleia que a Câmara Municipal solicitou que se acrescentasse um ponto 2.6 na ordem de trabalhos para que “**o município conceda o benefício fiscal previsto no artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais**”, dando conhecimento que a documentação necessária já havia sido distribuída atempadamente a todos os membros. Este pedido foi aprovado por unanimidade.

João Taborda – Cumprimentou os presentes e propôs em nome do Grupo do PS que a discussão e votação do ponto 2.2 passasse para último ponto da ordem de trabalhos, o que foi aprovado por unanimidade.

2.1 – Informação escrita do Senhor Presidente acerca da actividade municipal

Luís Lourenço – Fez a sua intervenção baseando-se num documento que se junta à presente acta, constituindo o Anexo II.

Nuno Baltazar Mendes – Convidou todos para uma reflexão sobre o tempo que passa e o que desejamos projectar para o futuro, já que o nosso caminho só pode continuar a ser o do desenvolvimento das pessoas e da nossa terra. Perante esta encruzilhada séria, talvez das mais difíceis, que é fazer face ao desemprego e com a escassez de meios, envolvendo o Estado e na medida adequada as autarquias, é tempo de unir esforços para procurar os nossos clusters de desenvolvimento. Ao dizermos isto estamos a falar de questões como ambiente, cultura, turismo, inovação, nas áreas de vanguarda que podemos projectar no equilíbrio entre as pessoas e o território, nos transportes limpos, telecomunicações de ponta, energias renováveis, paisagem, reservas ambientais, design e cultura com formatos exportáveis. Se não houver novas ideias não haverá novas

7 

actividades ou experiências, se não houver novas actividades não há necessariamente novos processos. Acredita que temos condições para conseguir que o município possa recorrer a todos os seus recursos intelectuais. Temos de passar do queixume à assunção deste novo desafio, reconhecendo um novo modelo de inovação que também temos capacidade de assumir. A inovação pode criar para o nosso concelho e região uma vantagem competitiva sustentável. A Câmara do Fundão tem a responsabilidade de proporcionar o ambiente e as oportunidades adequadas que permitam tirar partido desta capacidade inovadora. As opções partidárias de cada um são compatíveis e quantificadoras para a obtenção de tal desiderato. Um grupo de pessoas a pensar e a trabalhar em conjunto é mais eficaz que um grupo de pessoas a pensar em conjunto mas a trabalhar de forma independente. O crescimento sustentável implica uma inovação sustentável e é tempo do “vamos começar” em vez do tão só “vamos pensar nisso”. As ideias foram e podem ser a solução para quase todos os problemas, a qualidade da liderança depende também do poder criativo. O desafio dos tempos que correm exige que tenhamos capacidade de inovar e ambição para reduzir a despesa pública, libertando recursos para aplicar noutras áreas e funções de maior valor acrescentado. Temos as condições para nestes 4 anos de mandato lançarmos este plano estratégico, não pelo nome que possa ter mas pela dinâmica que pode criar neste concelho.

Carlos São Martinho Gomes – Após cumprimentar todos os presentes, manifestou o seu regozijo por regressar à Assembleia Municipal. Deu os parabéns à Câmara Municipal porque nas páginas da informação escrita está implícito todo o programa deste mandato. O mesmo reflecte orgulho na obra feita mas tem implícitas as inovações que os próximos 4 anos contemplam. Considerou de meramente teórica a intervenção do membro Nuno Baltazar Mendes, mas acha que se enganou no destinatário já que a mesma devia ser dirigida ao Governo do Eng. José Sócrates. Se assim for, concorda em absoluto com tudo o que afirmou. O Fundão foi, é e pretende continuar a inovar. As indústrias criativas de que falou estão presentes no nosso concelho e consubstanciadas no investimento e na promoção que esta equipa soube colocar no terreno. Esta Câmara Municipal redescobriu o território e deu importância às potencialidades de cada freguesia, dando o exemplo da cereja, transumância, vindimas, queijo, linho... Não é com medidas paliativas, ou seja com as verbas que o Governo se prepara para nos dar através do orçamento de Estado, que se vai inverter o actual estado de desertificação do Interior. Por muito esforço que as autarquias façam, por mais investimento local que haja não é possível lá chegarmos. Terão de existir, de ente outras, medidas de discriminação fiscal das pessoas singulares que aqui vivem. Ao membro Luís Lourenço disse que os sintomas são os de estarmos a cada momento atentos à realidade do País. Não conhecemos o Orçamento de Estado, nem quais as transferências para as autarquias locais, não se conhece a estratégia do Governo e a sua orientação para as parcerias, que agora perceberam ser necessário efectuar com os parceiros locais. Espera, ainda que remotamente, que venham boas novidades para o Interior.

Presidente da Mesa – Embora tenha gostado muito das intervenções anteriores, na próxima reunião da comissão permanente serão dadas algumas ideias para se conseguir formatar o que se pretende que seja a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, já que lhe parece que as intervenções se desviam um pouco do que é pretendido.

Aires Patrício – Parece-lhe que os nossos políticos falam imenso de futuro, que o passado vai passando, o presente é muito confuso, mas o futuro é sempre claro, o que o confunde um pouco. O eleito está por decisão própria como servidor do eleitor, logo o autarca é servidor do munícipe. Assim propôs uma maior proximidade com os eleitores e vice-versa. Solicitou à Câmara Municipal que apoie os projectos sociais, económicos e políticos que tenham interesse para o concelho do Fundão. Considerou também que não é só de folclore que o homem vive e que a festa dos “Chocalhos” leva a Alpedrinha demasiada gente para as condições de segurança ali existentes. Por outro lado, a Câmara Municipal fez os “Chocalhos” mas não mandou limpar o que se sujou já que as pedras de acesso à sua casa e o Pelourinho continuam sujos e negros. Sobre as estradas, considerou mais vantajosa a situação preconizada pelo Senhor Presidente de ligação do IC 31 a Espanha, através do Sul da Gardunha à Figueira da Foz. É mais fácil ligar Segura ao Mar do que furar 3 ou 4 Cabeços na Serra da Estrela, pelo que confiava no Senhor Presidente da Câmara na defesa dos interesses da nossa região e declarou que podia contar com ele próprio para isso, esperando que daqui a 4 anos possa dizer ao actual Executivo “Parabéns, desta vez valeu a pena”.

Presidente da Câmara – Realçou o papel importante desempenhado pelos serviços de protecção civil aquando do nevão que ocorreu na nossa região. Os meios utilizados e a organização e a forma ágil como trabalharam ajudou a resolver muitos problemas, o que convém enaltecer. Relativamente ao piso degradado no loteamento Espírito Santo, considerou que era uma situação já prevista face ao volume de trânsito que ali passou a circular, motivado pelas obras da Variante das Tílias. Deu no entanto conhecimento que a sua repavimentação ficou desde logo prevista no concurso da variante atrás referida. Devido a problemas que têm surgido, principalmente pela postura majestática da EDP e PT, só durante o mês de Janeiro de 2010 poderão substituir algumas das infra-estruturas fundamentais para aquela obra. Só nessa altura as obras poderão ser concluídas, prevendo-se que isso aconteça durante o mês de Fevereiro, pelo que pede um pouco mais de paciência a todos. Ao membro Luís Lourenço respondeu que, embora reclame mais informação sobre os diversos planos, os mesmos foram alvo de discussão pública, mas se fizer questão, enviá-los-á para análise na comissão permanente. Nunca houve uma intervenção tão grande no Fundão como agora e as obras a realizar no programa POLIS vão mudar a cidade. Informou também que dos 30 milhões de Euros de candidaturas já aprovadas o Fundão não recebeu até à data 1 cêntimo. A taxa de execução financeira por parte do QREN para a região centro é inferior a 1%, o que causa muitos problemas e constrangimentos às autarquias. Existem inclusive várias empreitadas, já aprovadas em sede de candidatura, cujo lançamento das obras tem vindo sucessivamente a ser adiado, já que a Câmara não está para deixar os empreiteiros mais tempo à espera, nem tem a mesma capacidade de endividamento. É por isso que obras de requalificação do espaço público, nomeadamente na Rua João Franco, Largo de Santo António, Largo das Oito Bicas e outros locais, não têm o seu início. Ao Membro Nuno Baltazar Mendes disse que há muito tempo que existe uma estratégia global para o concelho do Fundão e que a mesma já está em execução em vários domínios. Considera bem-vindos todos os que tragam boas ideias que possam ser aproveitadas. Espera do PS que, após esta convergência inicial, não apareça com um divórcio já que isso não seria bom e também não há aqui “meninos de coro”. Ao membro Aires Patrício respondeu que, havendo um novo Presidente de Junta de Freguesia, devia falar com ele e resolver muitas das questões que mencionou na sua intervenção.

2.3 - Apreciação e votação dos documentos Previsionais para o ano 2010

Presidente da Câmara Informou que este orçamento é apresentado num quadro de grandes indefinições e incertezas na vida do País, já que um conjunto de pressupostos que já deviam ser conhecidos, nomeadamente as linhas de orientação do orçamento de Estado para 2010, o plano de investimento da administração central /PIDAC para a região e com que meios os municípios poderão contar no próximo ano. De qualquer forma é apresentado um orçamento rigoroso, de contenção e continuidade, não ignorando a grave crise económica e social que assola o nosso País, que o preocupa grandemente. Mas esta Câmara Municipal continua a acreditar que com o esforço de todos, saberá contornar as dificuldades. Os esforços e energias desta Câmara Municipal serão canalizados para as áreas mais vulneráveis, nomeadamente a acção social, emprego, investimento nos parques industriais da Gardunha Sul, Silvares e Fundão, com vários projectos que criarão riqueza e emprego. Dará também ênfase às obras do POLIS 21 e Plano REFER que proporcionarão um salto qualitativo na qualidade de vida das pessoas. Deu conhecimento que o orçamento por questões legais tem um valor global de 70 milhões de euros, correspondendo 30% a despesas correntes e que tal como no ano passado espera executar pelo menos 30 milhões. A sua promessa relativa ao ano de 2009 (execução de 30 milhões) já foi ultrapassada, esperando que até ao final do ano atinja os 35 milhões, sendo assim superadas as expectativas. Informou também que o Município do Fundão não está sozinho neste trabalho árduo e com ele existem muitos parceiros, nomeadamente as Juntas de Freguesia, associações, colectividades, municípios vizinhos e todas as redes de cooperação onde o Fundão está inserido. Quer também contar com todas as forças partidárias representadas na Assembleia Municipal, com todo o seu esforço, porque só assim será encontrada a chave para vencer esta crise. Deixou uma palavra de esperança no futuro e frisou que não haverá dificuldades que consigam abater o ânimo e a vontade de trabalhar desta Câmara Municipal.

Vice-Presidente da Câmara – Começou por desejar Boas Festas e felicidades a todos os eleitos. Informou que o valor do global do orçamento era de 68.982 milhões de Euros, sendo receitas correntes no valor de 22.936 milhões e 42.036 milhões receitas de capital. Quanto à despesa têm um valor semelhante. Deu também conhecimento de que nas receitas correntes existem os Alugueres, recebendo a Câmara Municipal mensalmente da empresa Águas do Zêzere e Côa a quantia de 1.571 € e da EDP de 300.000 €. Com medidas de discriminação positiva feitas pela Câmara Municipal permite-se às empresas sediadas no concelho e aos contribuintes pagar menos impostos, embora isso resulte em menos Euros para a autarquia. Informou que o IMI/IMT previsto é de 4.130.000 €. Quanto ao FEF, existe uma previsão para 2010, relativamente às receitas de capital de 4.388 milhões e de 7.256 milhões para as receitas correntes. As despesas com o pessoal têm uma previsão de 6.283 milhões. Todas as rubricas da despesa diminuem relativamente ao ano anterior, excepto a rubrica Aquisição de Bens e Serviços que tem um aumento de 1,06 %. Entre os anos de 2007 e 2009 a rubrica Aquisição e Tratamento de Água e Recolha e Reposição de resíduos Sólidos, aumentou cerca de 20% ao nível dos custos para a autarquia. O consumo energético teve um aumento de 17,55 %, bem como a componente transportes escolares e cartão social que tiveram um aumento de 13,52 %. A Acção Social Escolar tem um papel preponderante no orçamento, nomeadamente ao nível das despesas correntes. Referiu-se à nova relação que pretende instituir com as Juntas de Freguesia, através da implementação do chamado Fundo de Investimento que, cumprindo várias regras a que estão obrigadas,

nomeadamente a autorização por parte das respectivas assembleias e outras, orçado em 625.000 €, irá permitir às freguesias a realização de obras que considerem úteis, nas suas freguesias. Este fundo é baseado em 3 princípios: investimento de proximidade, investimento participado, responsabilização e autonomia. Existe entre 2008 e 2010 um aumento de quase 40% de transferências de capital para as Juntas de Freguesia e colectividades, com grande realce para o aumento de receitas de capital entre 2009 e 2010. Cerca de 70% das comparticipações de fundos comunitários estão inseridas em redes, já que o Município funciona em cooperação com diversas entidades, desde a área do turismo, ambiente e outras. Reiterou que existem 30 milhões de euros garantidos de obras candidatas a fundos comunitários e que temos de ter capacidade para executar aquilo que nos foi aprovado, sob pena de perdermos dinheiro ou termos de o devolver, já que a Câmara do Fundão necessita de cerca de 15 milhões de Euros de disponibilidade financeira própria e tem neste momento a garantia de cerca de 5 milhões. Após fornecer mais alguns números concluiu que 70% do orçamento está entre as rubricas inovação, investimento, equipamento social e desenvolvimento.

Luís Lourenço – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente acta constituindo o Anexo III.

Pedro Leal Salvado – Disse que o PS registou com agrado as palavras do Senhor Presidente, ao afirmar que todas as ideias são boas à partida e é nesse espírito que a bancada do PS vai pautar a sua conduta neste mandato. Interpretam a crítica no seu sentido mais puro, de forma construtiva. Registou que o orçamento é um documento que pretende manter o rumo escolhido pelo PSD e pelos Fundanenses, mas consideram que o investimento efectuado ao longo dos últimos 8 anos, assenta fundamentalmente em candidaturas, umas mais outras menos conseguidas. No entanto, num tempo de crise como o actual, existe o problema de o orçamento da Câmara ficar um pouco refém de aspectos exteriores, de decisões do QREN, do Estado, da União Europeia. Pensam que é chegada a hora de apelar a um esforço de todos (Municípios, Associações, Juntas de Freguesias) para enfrentarem estes momentos de crise e é nestas alturas que uma Câmara Municipal deve apresentar soluções criativas, numa perspectiva mais política e menos instrumental e emocional. Exemplificou esta opinião com as Zonas Industriais, já que não basta aumentar a área de implementação dos Lotes, mas também cativar o investimento oferecendo mais qualquer coisa, como as infra-estruturas, quase que dizendo “tragam o vosso material e instalem-se”. Sugeriu também que a nível local fosse feita uma discriminação positiva com as empresas do concelho, comprando às mesmas, mesmo que isso implique alguma perda de receita, lesando de alguma forma o interesse público. O PS não se importa que a Câmara Municipal se endivide mais, desde que isso se traduza em mais-valias para o Fundão, não só de equipamentos e edifícios, mas também na fixação de pessoas. Sobre O Fundo de Investimento para as freguesias em teoria nada tem a opor mas há duas questões que importa colocar: a coesão que deve existir a nível concelhio e a autonomia e independência que devem existir nas Juntas de Freguesia, já que lhe parece que quem vai definir o que é ou não investimento é a Câmara Municipal. Estas questões têm obrigatoriamente de ficar esclarecidas já que devem ser as Juntas de Freguesias a definir o que querem ou não executar.

Abel Rodrigues – Começou por desejar a todos um Bom Natal e um óptimo Ano Novo. Sobre o orçamento disse que gostava de partilhar do optimismo do membro Carlos São Martinho, mas não o pode fazer. Considera-o empolado, inflacionado, irrealista e

politicamente “não é serio”, porque mais uma vez são apresentados números que assumidamente o Senhor Presidente da Câmara diz que não são para cumprir. Se só existe capacidade para metade porquê estes números? Será que é para apresentar uma grande parangona de jornal? Na realidade a Câmara Municipal apresenta um orçamento de 28 milhões e não de quase 70 milhões, por isso é que o considera inflacionado e irrealista. Porque não se utilizam as revisões orçamentais para adequar o documento à realidade do investimento no concelho? O orçamento serve para planear e prever e não para empolar ou falsear números. Tirando as receitas do orçamento de Estado, tudo o resto são expectativas que talvez venham ou não a ser concretizadas. Sobre o lucro de 4 milhões das empresas municipais considerou que aquela verba da forma como está mencionada não é séria, porque todos sabem que as empresas municipais estão falidas e deram prejuízo no último ano. Chama-se a isto inventar receita para compor a despesa. Perguntou onde é que a Câmara Municipal vai cortar no caso das receitas não se verificarem. Relativamente às grandes opções do plano “a bota não bate com a perdigota” já que o investimento na acção social corresponde a apenas 2% do total do orçamento e a rubrica relativa ao Emprego corresponde a menos de 1% do valor total. Perguntou ao Senhor Vice-presidente se é tão difícil fazer face às despesas porque é que a Câmara Municipal do Fundão se candidata “a tudo o que mexe”, já que como é óbvio irá ter de pagar a sua parte.

Aires Patrício – Disse que não ia emitir muitas opiniões sobre o orçamento já que a forma mais eficaz de ler a gestão de uma Câmara é acompanhá-la no seu dia-a-dia e em tempo útil obriga-la às correcções inevitáveis. Os orçamentos nunca acabam como começam; ou derrapam, ou se enganaram ou outra desculpa qualquer. Perguntou à Câmara Municipal se vai ou não apoiar projectos apresentados por entidades particulares e se vai ou não reflorestar a Serra da Gardunha com o castanheiro. Perguntou também qual o apoio efectivo que a Câmara pretende dar à agricultura e às pequenas explorações agrícolas.

Carlos São Martinho Gomes – Começou por afirmar que embora a Câmara Municipal não seja a responsável pela crise económica e financeira que atravessa o nosso País, soube adaptar este orçamento às condições difíceis que enfrentamos. As intervenções anteriores trouxeram-lhe alguma confusão relativamente aos números apresentados e disse ao membro Abel Rodrigues que cometeu vários erros na sua intervenção, já que confundiu empresas municipais com a COMURBEIRAS. A verba de 4 milhões vai ser recebida através da cooperação existente entre aquela entidade e esta Câmara Municipal. Disse-lhe também que esta autarquia se “candidata a tudo o que mexe” porque as do PS nunca se candidataram a nada, não tinham recursos próprios e estavam todos quietos. Não é esta a visão desta Câmara Municipal nem do PSD. Perguntou àquele membro quais as candidaturas que cortava? Disse também que é preferível termos hoje qualidade de vida, do que amanhã parecermos um cemitério. Relativamente às Juntas de Freguesia passou-se 1 atestado de menoridade aos seus Presidentes e a todos os seus membros já que estes são muito mais inteligentes a negociar com a Câmara Municipal e apresentam as suas reivindicações. A opção da Câmara Municipal pelo Fundo de Investimento vai ao encontro do que as Juntas de Freguesia pretendiam e da sua total independência. Não é a atitude paternalista da Câmara Municipal que dirá o que deve ser feito mas sim o sábio conhecimento que os Presidentes de Junta têm das necessidades, opções e prioridades. Quanto à compra do investimento sugerida pelo membro Pedro Leal Salvado, a mesma já foi tratada e tentada por muitos municípios, que executam todas as infra-estruturas,

colocam os terrenos a preços altamente competitivos, mas mesmo assim a atracção é igual aos poucos pólos existentes no Interior. Acha mais importante a discriminação positiva para o Interior e para quem aqui reside, enquanto a Administração Central não tiver outros olhos para com estes territórios de baixa densidade. Enquanto não existir uma discriminação fiscal ao nível do IRS, não será pela via do IRC que traremos do Litoral para o Interior qualquer empresa. Ao membro Luís Lourenço disse que esta Câmara Municipal não está refém dos erros do passado, mas sim das suas opções, que como já se verificou são as mais correctas. Enalteceu o esforço que a Câmara Municipal está a fazer com as transferências de capital para as Juntas de Freguesia e instituições sem fins lucrativos, demonstrando aqui uma clara opção de descentralização que o Governo devia ter mas não tem para com o Interior do País.

Nuno Miguel Henriques – Parece-lhe importante que se fixem novas empresas no concelho do Fundão, mas o Estado devia contribuir através de medidas de discriminação positiva, com benefícios sociais. Era preferível ao Estado fornecer bens da chamada “Linha Branca”, onde ninguém passaria fome, do que dar dinheiro, por vezes gasto de forma errada. Devia proceder-se a uma melhor fiscalização dos subsídios atribuídos, bem como obrigar-se os desempregados a aceitar determinados trabalhos, uma vez que há empresas, mesmo no nosso concelho, que não conseguem recrutar pessoas através do centro de emprego para determinadas funções, porque estas se recusam a trabalhar preferindo ser subsidiadas. Devia ser também ser combatido o chamado “receber por fora”, resultando daí um melhor funcionamento do fisco e maior dotação financeira nos planos e orçamentos. Devem ser convencidos todos os munícipes que o importante é apostarem no mercado de trabalho, caso contrário, o futuro será muito difícil.

Nuno Baltazar Mendes – Pareceu-lhe que a intervenção do Membro Carlos São Martinho teria sido feita como se fizesse parte da actual Câmara, não conseguindo separar a sua nova função. Lembrou a expressão de Leonardo Da Vinci “jamais o sol vê a sombra”. Este documento tem à partida pressupostos absolutamente aleatórios. O País e o Mundo defrontam-se com uma crise muito séria, pelo que não se podem analisar todas as situações, inclusive económicas, como se a culpa fosse toda do Governo, da Câmara ou de outra entidade qualquer. Este problema continuará a condicionar a actividade económica do País e quer queiramos quer não, houve opções, nomeadamente a nível Europeu, que podem ser questionadas, mas não podem nem devem ser abaladas em nome do nada. O povo do Fundão escolheu mais uma vez a política do PSD e do seu Presidente, pelo que é normal e lógico que, chegados a esta situação, o PS respeite as opções, mesmo não sendo as suas, mas abster-se-á na votação Relativamente aos 11 milhões de Euros previstos para o FEF e às despesas de 23 milhões, considerou que estes dois números não ajudam em nada a balizar a discussão do orçamento, pelo que o PS irá exercer o seu poder de fiscalização, já que a diferença de números os interpela. Sobre o Fundo de Financiamento disse também que as Juntas de Freguesia devem tomar as posições que bem entenderem, com total independência, o que será compreendido pelo PS, mas pensam que os mesmos ficaram condicionados à vontade discricionária do município. Apresentou uma proposta à Câmara Municipal, para além do princípio da discriminação positiva que possa ser levada a efeito, pudesse de forma progressiva criar como que um fundo de tesouraria que permitisse ao Fundão diferenciar-se da maioria dos municípios, no que respeita a pagamentos a fornecedores, passando a ter como regra obrigatória que todos seriam pagos num prazo inferior a 30 dias.

Marco Marques – Sente-se satisfeito com as projecções orçamentais do Município porque o Fundão vai ser alvo de obras constantes, de uma reabilitação profunda que dará ainda mais qualidade de vida aos Fundanenses. Não entende o PS que está contra quem pretende descentralizar verbas, contra quem executa mais próximo. O Fundo de Investimento é um grande passo na medida em que o Município do Fundão transfere para as freguesias as obras mais pequenas, os investimentos próprios, as despesas de capital. As freguesias não têm receio daquilo que o Município lhe pede, que é prestar contas dos investimentos, no fim de contas pretende-se tornar claro o que se faz todos os dias. Disse ainda que as freguesias não recebem as verbas para gastar em prendas ou floreados e com poucos recursos executam muitas obras. Com esta medida, as Juntas de Freguesia farão mais investimentos com o mesmo valor. É importante todos sabermos aquilo com que contamos e o que podemos fazer em cada freguesia, ao contrário do que acontece com o Poder Central que nem sequer define convenientemente as competências dos municípios e das freguesias e os contempla com verbas irrisórias.

Eduardo Saraiva – Tem a sensação de ter participado em duas sessões da Assembleia Municipal completamente diferentes. Na primeira foi reconhecida democraticamente a grande vitória do PSD. Na segunda, entramos na discussão do orçamento e aparecem as críticas, os conselhos quase paternalistas. Por outro lado tendo o PS tido conhecimento da existência de um consenso entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia relativamente ao Fundo de Investimento, estranha agora esta atitude, já que todos sabem o que querem e como querem funcionar. Esta Câmara Municipal já deu provas da sua capacidade e que faz muito bem a gestão deste município, sempre no interesse de todas as freguesias e de todos os Fundanenses. Por outro lado disse ter ficado contente com o sentido de voto do PS, porque ficou implícito que não quer regressar a 2001, já que até aí a palavra gestão não existia. Finalizou dizendo ao Membro Nuno Baltazar Mendes que a sugestão relativa ao fundo de tesouraria devia ser dirigida também ao Governo deste País, já que assim não iria ganhar só este concelho mas todos.

Aires Patrício – Informou que o seu partido gere uma única Câmara no País, que é Ponte de Lima e que a mesma gasta na sua gestão 16% do orçamento, tem 15 milhões de euros a prazo, paga na ordem dos 8 a 15 dias, devolve o IRS pelo máximo permitido, tem isenção de derrama e não tem nenhuma empresa municipal.

Nuno Miguel Henriques – Informou que não era bem assim, já que o Município de Ponte de Lima demorou alguns meses a pagar a um fornecedor deste concelho.

O Senhor Presidente da Mesa lembrou que não estávamos na Assembleia Municipal de Ponte de Lima.

Luís Cerdeira – Informou que foram convocadas 3 reuniões onde os movimentos contra o Fundo das Freguesias eram a palavra de ordem, nomeadamente do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Orca. Agora estranha ver esse membro a fazer elogios ao documento, pelo que “as cambalhotas que damos na vida temos de ter cuidado com elas, porque podemos partir a coluna”.

Marco Marques – Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara por ter aceite as propostas de alteração dos Presidentes de Junta. Disse também ter feito várias intervenções a discordar da forma como estava a ser apresentado o Fundo de Investimento para as freguesias. Em bom tempo a Câmara Municipal aceitou as sugestões, que contribuíram para que o documento fosse aprovado por unanimidade, pelo que nos moldes da actual proposta ele próprio é a favor e irá defendê-la.

Luís Cerdeira – Disse que desde início concordou com a proposta da Câmara Municipal ao contrário do Presidente de Junta de Freguesia da Orca que se fartou de dar “cambalhotas” e de ter atitudes que não se compadecem com as de uma pessoa adulta.

Presidente da Câmara – Informou que a COMURBEIRAS não é uma empresa municipal e que a referência à transferência de cerca de 4 milhões de euros é relativa àquela entidade. Disse também que as empresas municipais não estão falidas. Lembrou que o documento em discussão é sério, que todos conhecem a realidade do município e do concelho e nunca se escondeu nada a ninguém, já que existem dificuldades e desafios que serão enfrentados em conjunto. O valor de cerca de 70 milhões existe porque há muitos programas plurianuais e, nos termos da Lei, a Câmara é obrigada a colocar no orçamento todas as verbas. No entanto o problema maior que vê neste momento deriva do facto de a Lei da Finanças poder vir a não ser cumprida, o que trará problemas adicionais aos municípios. A Câmara vai tentar aproveitar este último QREN, mesmo que isso signifique um sacrifício adicional, para poder realizar esses investimentos. Lamentou que se tivesse registado esta alteração entre os Presidentes de Junta da Orca e Salgueiro, já que isso não é habitual, considerando todos pessoas cordatas, habituadas a cooperar e a discutir todas as questões. Concluiu que foi graças ao debate com os Presidentes de Junta de Freguesia que foi possível melhorar essa cooperação.

Presidente da Mesa – Concordou que a discussão deste Orçamento foi um bom debate, com conteúdos importantes em que todos contribuíram com a sua reflexão e pensamento para que as coisas melhorassem.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por maioria com 44 votos a favor e 15 abstenções dos Membros Catarina Gavinhos, Luís Lourenço, Abel Rodrigues, Nuno Baltazar, Bruno Ramos, João Taborda, Rosa Moreira, Helga Capelo, Nuno Ramos, Joana Bento, Pedro Salvado, Berta Oliveira, Luís Castanheira, Vítor Hugo Costa e Aires Patrício.

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal “Desafectação do Domínio Público de duas Parcelas de Terreno sitas em Tapada Nova – Fundão”

João Taborda – Disse que foi feito um excelente trabalho com a criação do Corredor Verde junto à Zona Industrial do Fundão e que a diminuição da sua área, conforme proposta em discussão, não contribuiria em nada para uma melhor Zona Industrial e melhor qualidade de vida das pessoas, nomeadamente as que ali circulam. Sugeriu à Câmara que revisse o documento e procedesse à desafectação da parcela de terreno onde está situado o Corredor Verde.

Luís Lourenço – Solicitou que os Anexos das actas também fossem colocados online junto das mesmas, para dar sentido a algumas intervenções nas sessões da Assembleia Municipal. Sobre o documento em discussão entende que, pelo que leu, a área verde não ia ser alvo de qualquer intervenção, pelo que solicitava esclarecimentos.

Presidente da Câmara – Esclareceu que a parcela de terreno onde se situa o Corredor Verde não vai ser alvo de qualquer intervenção, porque, para além do mais, se encontra numa zona não edificada.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal para “Transferência de Competências para as Juntas de Freguesia – Aprovação de Minuta do Protocolo”.

Luís Lourenço – Disse que o Grupo da CDU ia votar favoravelmente esta proposta porque interpreta que os seus pressupostos foram negociados com as Juntas de Freguesia, obtendo-se assim o seu acordo, pelo que só podem estar a favor desse consenso.

Colocado o documento a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

2.6 – Pedido de Autorização à Assembleia Municipal para que o Município conceda o Benefício Fiscal previsto no artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;

Não havendo intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

2.2 – Organização Interna da Assembleia Municipal:

2.2.1 – Constituição de Grupos Municipais e Comissões;

Relativamente a este ponto, o **Senhor Presidente da Mesa** solicitou que fosse dada a indicação por escrito da constituição dos grupos, do elemento da comissão permanente e qual o líder da bancada. Solicitou também que quem quisesse usar o estatuto de independente deveria declará-lo à Mesa.

Luís Lourenço – Sugeriu que fosse indicado aos Líderes de cada Grupo quais as Comissões existentes no âmbito da Assembleia Municipal e que lhes fosse pedido que indicassem quais os seus representantes para essa mesmas Comissões.

O Senhor Presidente deu conhecimento que aceitava esta sugestão e iria proceder de acordo com a mesma.

2.2.2 – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia Representante do Município na Assembleia Distrital;

Após proposta e votação secreta foi eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Capinha Sr. Rogério Emanuel Leal Salvado Palmeiro, com 37 votos a favor, 13 votos brancos e 8 votos contra.

2.2.3 - Eleição do Presidente de Junta de Freguesia Representante do Município no Congresso da Associação Nacional de Municípios;

Após proposta e votação secreta foi eleito o Senhor Manuel Malícia da Trindade, Presidente da Junta de Freguesia do Fundão, com 40 votos a favor, nove votos contra e 9 votos brancos.

2.2.4 - Eleição do Presidente de Junta de Freguesia e de dois representantes da Assembleia Municipal para o Conselho Geral da FTM – Fundão Turismo, de acordo com o nº 1 do artigo 7º e da alínea b) do nº 4 da Lei 12/2004;

Face a algumas dúvidas surgidas, nomeadamente derivadas do facto de os estatutos da FTM já não preverem o Conselho Geral, esta proposta de eleição foi retirada da discussão pelo Senhor Presidente da Mesa. Admitiu no entanto voltar ao tema, caso isso se justificasse.

2.2.5 – Eleição de um autarca de freguesia para o Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna;

Após proposta e votação secreta foi eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria, João Manuel Lopes Boléu, com 42 votos a favor, 6 votos contra e dez votos em branco.

2.2.6 – Eleição de um autarca de freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios;

Após proposta e votação secreta foi eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bogas de Cima. Filipe Marques Gonçalves, com 39 votos a favor, 4 votos contra e 15 votos em branco.

2.2.7 – Eleição de cinco representantes da Assembleia Municipal na Comurbeiras, CIM;

Após proposta e votação secreta foram eleitos os Senhores Rogério Manuel Hilário, Henrique Pereira Dias, Carlos Jerónimo, Abel Rodrigues e Luís Lourenço, com 48 votos a favor, 2 votos contra e 7 votos em branco.

2.2.8 – Eleição do representante da AM para o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde da Cova da Beira (ACES) – Belmonte, Covilhã e Fundão;

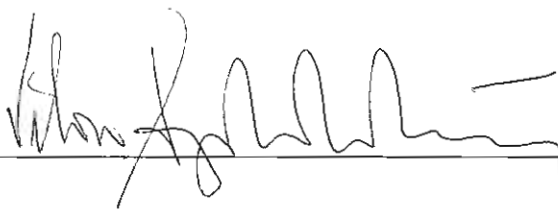
Após proposta e votação secreta foi eleito o membro José Manuel Neves Costa com 37 votos a favor, 10 votos contra e dez votos em branco.

2.2.9 – Eleição de um representante da Assembleia Municipal para a Comissão de Nível Concelhio para o Licenciamento Comercial;

Após proposta e votação secreta foi eleito o Senhor Luís da Cruz Ventura Duarte Gavinhos, com 37 votos a favor, 12 votos contra e 8 votos em branco.

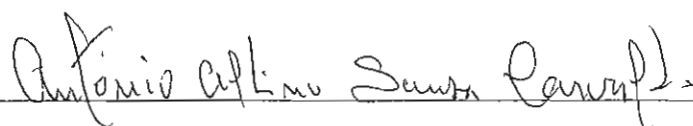
Após perguntar se existia alguém no público interessado em intervir, sem que ninguém se apresentasse e não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 20h30m. Da sessão se exarou a presente acta que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal



1º Secretário

2º Secretário



VOTACÃO DAS PROPOSTAS

2.2 – Organização Interna da Assembleia Municipal:

2.2.1 – Constituição de Grupos Municipais e Comissões;

2.2.2 – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia Representante do Município na Assembleia Distrital;

Após proposta foi eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Capinha Sr. Rogério Emanuel Leal Salvado Palmeiro, com 37 votos a favor, 13 votos brancos e 8 votos contra.

2.2.3 - Eleição do Presidente de Junta de Freguesia Representante do Município no Congresso da Associação Nacional de Municípios;

Após proposta, foi eleito o Senhor Manuel Malícia da Trindade, Presidente da Junta de Freguesia do Fundão, com 40 votos a favor, nove votos contra e 9 votos brancos.

2.2.4 - Eleição do Presidente de Junta de Freguesia e de dois representantes da Assembleia Municipal para o Conselho Geral da FTM – Fundão Turismo, de acordo com o nº 1 do artigo 7º e da alínea b) do nº 4 da Lei 12/2004;

Face a algumas dúvidas surgidas esta proposta de eleição foi retirada da discussão pelo Senhor Presidente da Mesa.

2.2.5 – Eleição de um autarca de freguesia para o Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna;

Após proposta foi eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria, João Manuel Lopes Boléu, com 42 votos a favor, 6 votos contra e dez votos em branco.

2.2.6 – Eleição de um autarca de freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios;

Após proposta foi eleito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bogas de Cima. Filipe Marques Gonçalves, com 39 votos a favor, 4 votos contra e 15 votos em branco.

2.2.7 – Eleição de cinco representantes da Assembleia Municipal na Comurbeiras, CIM;

2.2.8 – Eleição do representante da AM para o Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde da Cova da Beira (ACES) – Belmonte, Covilhã e Fundão;



Após votação foi eleito o membro José Manuel Neves Costa com 37 votos a favor, 10 votos contra e dez votos em branco.

2.2.9 – Eleição de um representante da Assembleia Municipal para a Comissão de Nível Concelhio para o Licenciamento Comercial;

Após votação foi eleito o Senhor Luís da Cruz Ventura Duarte Gavinhos, com 37 votos a favor, 12 votos contra e 8 votos em branco.

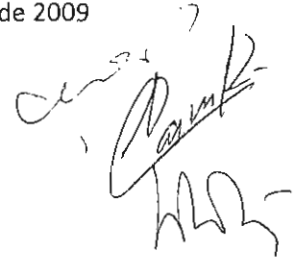
2.3 - Apreciação e votação dos documentos Previsionais para o ano 2010 – APROVADO POR MAÍORIA com 44 votos a favor e 15 abstenções.

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal “Desafecção do Domínio Público de duas Parcelas de Terreno sitas em Tapada Nova – Fundão” – APROVADO POR UNANIMIDADE

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal para “Transferência de Competências para as Juntas de Freguesia – Aprovação de Minuta do Protocolo”. – APROVADO POR UNANIMIDADE

Assembleia Municipal do Fundão
Grupo da CDU

21 de Dezembro de 2009

Handwritten signature and initials in black ink, located in the top right corner of the document.

Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs Vereadores

Ex.mos Srs. Membros da comunicação social

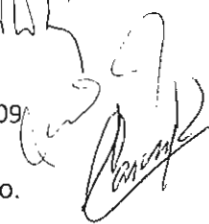
Ex.mos Senhoras e Senhores

O grupo da CDU, nesta sua primeira intervenção na Assembleia Municipal, deseja que este órgão funcione sempre da melhor forma, cumprindo na íntegra as suas funções. Para que isso possa acontecer, todos nós teremos de fazer o trabalho para o qual fomos eleitos. É necessário que o Regimento da Assembleia assim o permita.

O grupo da CDU propõe que se adoptem medidas de simples execução que possam permitir uma melhor agilização de processos. O envio atempado, por exemplo por correio electrónico, da documentação em discussão, a gravação digital das Assembleias, uma boa divisão dos tempos de intervenção de todos, incluindo os do Sr. Presidente da Câmara, são medidas de eficiência, simples e gratuitas, que nos permitirão um significativo ganho de produtividade.

Há também questões relacionadas com o espaço físico da Assembleia que gostaríamos de ver significativamente melhoradas. Esta sala, apesar do seu simbolismo, não é com certeza a melhor em termos de condições de trabalho. É altura de se pensar numa melhor solução.

O grupo da CDU está especialmente preocupado com o desemprego, que, como sabem, no 3º trimestre de 2009 chegou oficialmente aos 9,2%. Vemos com

HWK


agrado que uma das áreas a que a Câmara Municipal vai dar ênfase é ao emprego. Gostaríamos por isso de insistir num caso particular que se passa no nosso concelho. A empresa Proudmoment, antiga Masssito, tem 120 trabalhadores actualmente com os seus contratos de trabalho suspensos. Esta situação cria incertezas e angústias aos trabalhadores quanto ao seu futuro. A Administração afirma que a empresa não tem viabilidade e não existem perspectivas de resolução de liquidez da empresa, não estando assim previsto retomar o processo de produção.

Ao longo do ano de 2009, por diversas vezes se verificaram atrasos no pagamento dos salários, ou foram pagos faseadamente. Em virtude de os trabalhadores não vislumbrarem nenhuma alternativa, face ao actual atraso no pagamento dos salários, entenderam suspender os contratos de trabalho.

Não podem ser os trabalhadores, à custa dos seus salários e dos seus postos de trabalho, a pagar a factura da crise, e que as empresas saiam impunes, sem cumprir com as suas responsabilidades em assegurar os direitos dos trabalhadores.

O grupo parlamentar do PCP já colocou algumas questões sobre esta situação ao governo, mas ainda não obteve qualquer resposta.

Nós temos consciência que as competências da Câmara para a resolução deste problema são muito limitadas, mas como o Sr. Presidente disse em campanha estar atento a esta situação e ir fazer os possíveis para resolver o problema, gostaríamos de saber o que já foi feito e o que será ainda possível fazer.

A todos um bom Natal e um excelente 2010

Muito Obrigada

Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs Vereadores

Ex.mos Senhoras e Senhores

Em primeiro lugar quero começar por desejar a todos um Bom natal e um ano de 2010 bem melhor do que foi o de 2009.

A quadra é de festa de paz e de concórdia. Poderá pois parecer descabido fazer críticas, nesta época. Porém, a nossa responsabilidade enquanto eleitos, perante quem nos elegeu, nos permite que deixemos em claro aquilo que entendemos estar mal e que pode e deve ser corrigido. Sr. Presidente entenda estas palavras numa perspectiva de crítica séria, leal, mas construtiva. É, pelo menos, esse o espírito com que a faço.

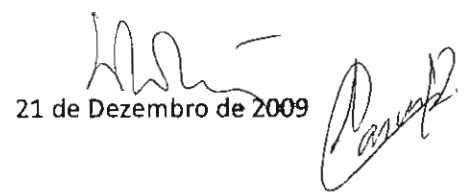
Os documentos apresentados e em discussão nesta Assembleia dão-nos uma clara sensação de que a gestão PSD entrou na fase assumidamente decrescente.

Estamos no último mandato do Dr. Manuel Frexes enquanto Presidente da Câmara e começa a manifestar-se uma clara falta de fôlego, de rasgo e de golpe de asa, nesta governação.

Eu sei que as dificuldades são grandes. Mas parece que essas dificuldades e algum desgaste do prolongado exercício do poder, pela maioria PSD, estão a tolher a imaginação e a capacidade de iniciativa.

Aquando da discussão dos documentos previsionais justificaremos um pouco melhor esta nossa posição.

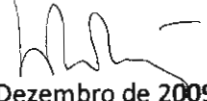
Se eu fosse um botabaixista diria: ainda bem! É apenas bom para nós, enquanto oposição, que eles se afundem. Mas porque a CDU tem uma postura de oposição construtiva, e o que a move são os interesses do Fundão, esperamos que estes sejam apenas sintomas de uma "indisposição" passageira. Garantimos uma coisa. Cá estaremos para chamar a atenção de V. Excelências e para dar o contributo que nos for possível com o objectivo de que sejam encontrados os caminhos da resolução dos muitos e graves problemas com que o Fundão se enfrenta.

Handwritten signature and date: 21 de Dezembro de 2009. The signature is in cursive and appears to be 'P. Amador'.

A informação do Sr. Presidente, está titulada "Rumo ao Futuro", porém o seu conteúdo contraria o título. Fica-se pela contenção de danos actuais, o que é absolutamente necessário, mas quanto ao futuro, para além dos projectos já em curso, nada se vislumbra. E o futuro exige que, para além da crise e por causa dela, tenhamos uma ideia clara de como a superar também aqui no nosso concelho. E é essa perspectiva que aqui falta.

Pequenas notas:

1. Aspectos da informação – depois das nossas chamadas de atenção, desapareceram as listagens. Não devem desaparecer. Devem ser colocadas de forma correcta.
2. Resumo diário da tesouraria. O que é isto? É a súmula do ano? Que adianta esta informação? N.os de código de Ordens de pagamento não nos dizem nada.
3. Não está na informação. Mas está nos jornais. E eu, já pessoalmente chamei a atenção do Sr. Presidente. O pavimento das ruas no Espírito Santo está uma desgraça. Mas não é só no Espírito Santo. Como chamou a atenção a maioria PSD, em tempos, e relativamente a legados da governação PS, também hoje, se uma volta a Portugal em bicicleta quisesse passar pelo Fundão não podia.
4. Mas não é só a questão da volta é a questão da atractividade da zona central e histórica do Fundão que está em causa, porque de facto não existe. Essa atractividade é estratégica para o nosso desenvolvimento e relativamente a ela, esta maioria, já em terceiro mandato muito pouco tem feito.
5. Já agora, quando se perspectiva o fim das obras, necessárias mas demasiado prolongadas, exactamente junto ao Espírito Santo?
6. A síntese da informação financeira deixa-me perplexo. Ela reporta-se a 15 do 12. À distância de duas semanas do final do ano. Já sabemos que os orçamentos são inflacionados. Compreendemos algumas razões para tal facto, mas não deixamos de criticar. Por isso as receitas cobradas de 33 milhões e quase 700 mil euros não me merecem reparos. Já no lado das despesas há algo que não entendemos. Como é que, dos quase 60 milhões de euros comprometidos apenas, cerca de 32 milhões estão pagos. A diferença não é para ser toda paga estes ano ou será. Expliquem-nos, não nos atirem apenas com números. É que, se do lado das despesas de capital ainda se entende, como é que se pode aceitar que em termos de despesas correntes tenhamos, neste momento, comprometidos montantes de 21 milhões e 700 mil euros, e apenas pagos 15 milhões e meio.



Uma nota final. O jornal do Fundão traz, na sua edição da passada semana uma notícia razoavelmente alargada sobre as obras, já iniciadas, e realizadas em colaboração entre a C.M. e a REFER. É bom ter informação pública das obras que se estão fazendo. Porém, e dadas as repercussões que uma obra como esta tem num conjunto muito vasto de aspectos que têm que ver com o desenvolvimento da cidade, mas que se repercutem também na governação do município, a esta Assembleia deveria ser disponibilizada informação, em primeira mão, e o mais detalhada possível, sobre esta matéria, para que, se for caso disso, e de foram responsável se possa pronunciar.

Termino como comecei.

Votos de um bom natal e de um excelente ano de 2010 para todos os munícipes do Fundão

Handwritten notes and signatures in the top right corner. The notes include "1000 - 3" and a signature that appears to be "Carvalho".

Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs Vereadores

Ex.mos Senhoras e Senhores

Este é o primeiro orçamento deste mandato, não há orçamento de Estado, a época é festiva, etc. Questões que podiam justificar uma atitude maior contemplação para com eventuais falhas.

Porém há que assinalar:

Questões de prazos. Pecado recorrente. Não nos é dado tempo útil razoável para uma leitura atenta do documento.

Uma pequena questão formal. Não sei de quem é a responsabilidade de fazer/formatar este documento. Mas foi assinado, na sua capa, pelo Sr. Presidente e vereadores da maioria. Fazer, com a cópia do brasão, cópia também de toda a informação constante da página da Câmara referente a este brasão, e transcrevê-la no frontispício deste documento parece-me ser algo desadequado. Não é questão importante, mas a qualidade formal dos documentos de uma Câmara deve ser cuidada.

Agora questões de substância no documentos que nos é presente:

O plano de trabalho para ao próximo ano é claramente de minimização de danos. Minimização de danos da crise, mundial e nacional, que tem repercussões aqui no nosso Município. Mas de danos também de uma falta de recursos que o município parece ter e que resultam da sua situação financeira. Situação financeira cujo primeiro responsável é a gestão municipal de maioria absoluta PSD.

Não quer dizer que eles não devam ser minimizados. Porém, o sair da crise exige uma perspectiva de futuro, de longo prazo, e não apenas o minorar de problemas no curto prazo. E que não se compece com a simples continuidade de projectos já em execução.

E é aqui que esta maioria já não parece saber o que fazer. Fica refém das circunstâncias e dos seus próprios erros passados e falta-lhe a capacidade de perspectivar o futuro. Tal atitude repercute-se no documento que aqui nos é presente.

Continuamos com orçamentos inflacionados. É a regra. Apresentam-nos razões. Entendemos algumas, mas não podemos deixar de continuar a criticar a prática.

Mas façamos comparações. Com o ano passado, por exemplo. Menos 1 milhão e 600 mil euros. Conseguídos como? Nas receitas: menos 3 milhões nas correntes e mais 1 milhão e 400 mil nas de capital. Nas despesas: menos 300 mil correntes e menos 1 milhão e 300 mil nas de capital. Não se entende muito bem.

Já agora, fazer coincidir exactamente as receitas e despesas correntes e de capital, fica com um ar de acerto artificial.

Mas onde as diferenças são mais elucidativas é nas “Grandes opções do plano”.

Em termos globais decrescem 23%, passam de 58 milhões para 44 milhões.


Se este decréscimo já não é bom, bem pior, nomeadamente em termos de indícios das preocupações deste executivo, é a distribuição do mesmo pelas quatro grandes áreas.

Só uma leitura atenta e com tempo, que me não foi possível fazer como desejaria, permite entender claramente o que, de facto, inclui cada área. Até porque a explicação que surge no texto, é parcimoniosa nas palavras, e por isso, não sei de propositadamente, não esclarece. Ficamo-nos pelos títulos.

O capítulo 4 – Ambiente e qualidade de vida – é o que sofre menores alterações. Apenas decresce cerca de 22%, de 17 milhões para 13 milhões. Mantêm-se com cerca de 30% do total.

O capítulo 2 até cresce. Cerca de 50%, dos 5 milhões e 500 mil para os 8 milhões e 300 mil. (É aqui que estão os lares?). Em termos de distribuição proporcional passa dos 9,5% para mais de 18%.

Mas onde fica mais claro que prescinde da aposta num real desenvolvimento futuro é nos valores dos outros dois capítulos: 1 – Equipamento Social e Desenvolvimento e 4 – Inovação Investimento e Emprego.



O primeiro sofre um corte de cerca de 30% e passa 11 milhões de euros para 8 milhões decrescendo em termos de peso percentual dos quase 19,5% para 18%.

O segundo, e repito: Inovação, Investimento e Emprego, é o que mais perde. Passa 24 milhões e 300 mil, para apenas 14 milhões e 700 mil, uma diminuição de cerca de 40%. O seu peso, em termos percentuais passa dos cerca de 42% para apenas pouco mais de 33%.

É de facto este corte o mais significativo. Mais, é aquele que indicia a falta de perspectiva de futuro e a desistência desta maioria da preocupação de encontrar um rumo de real combate e superação da crise em que vivemos. E esse é, em nosso entender, o grande pecado dos documentos que aqui nos são presentes.

Como disse o orçamento é inflacionado. Deste, aquilo que vai efectivamente ser executado pouco depende da vontade desta Assembleia mas muito mais do que a maioria do PSD decidir fazer no Executivo. As indicações das suas opções, como aqui mostramos, não são as que mais interessam ao desenvolvimento do município.

Veremos o que conseguirão fazer quando aqui nos trouxerem as contas do ano.

Despesas e Receitas (por rubrica)

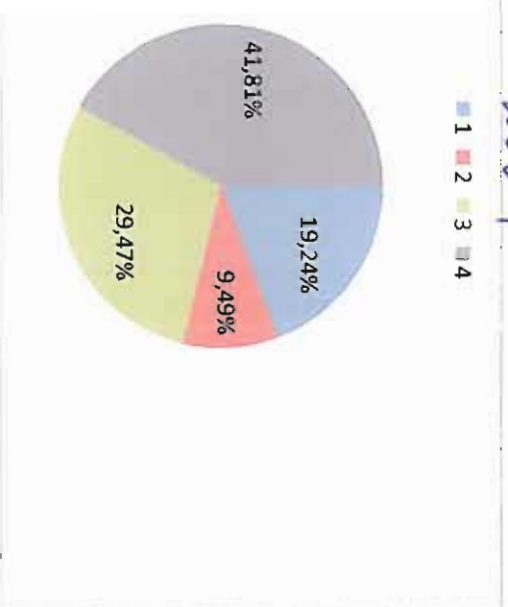
	2009	2010	
1 Despesas com pessoal	6.285.860,00 €	6.283.200,00 €	0,04%
2 Aquisição de bens e serviços	13.243.246,00 €	13.383.975,00 €	-1,06%
3 Juros e outros encargos	1.714.700,00 €	1.438.800,00 €	16,09%
4 Transferências correntes	1.777.500,00 €	1.726.025,00 €	2,90%
6 Outras	272.320,00 €	114.000,00 €	58,14%
total correntes	23.293.626,00 €	22.946.000,00 €	1,49%
7 Aquisição de bens de capital	36.194.000,00 €	35.125.250,00 €	2,95%
8 Transferências de capital	4.845.000,00 €	5.206.200,00 €	-7,46%
9 Activos financeiros	2.266.120,00 €	665.000,00 €	70,65%
10 Passivos financeiros	4.000.000,00 €	5.010.000,00 €	-25,25%
11 Outras	20.000,00 €	30.000,00 €	-50,00%
total capital	47.325.120,00 €	46.036.450,00 €	2,72%
TOTAL	70.618.746,00 €	68.982.450,00 €	2,32%

Receitas		Despesas		Δ	
2009	2010	2009	2010	2009	2010
Correntes	22.946.000,00 €	23.293.626,00 €	22.946.000,00 €	-3.051.530,00 €	-347.626,00 €
Capital	46.036.450,00 €	47.325.120,00 €	46.036.450,00 €	1.415.234,00 €	-1.288.670,00 €
	68.984.460,00 €	70.618.746,00 €	68.984.460,00 €	-1.634.286,00 €	-1.634.286,00 €

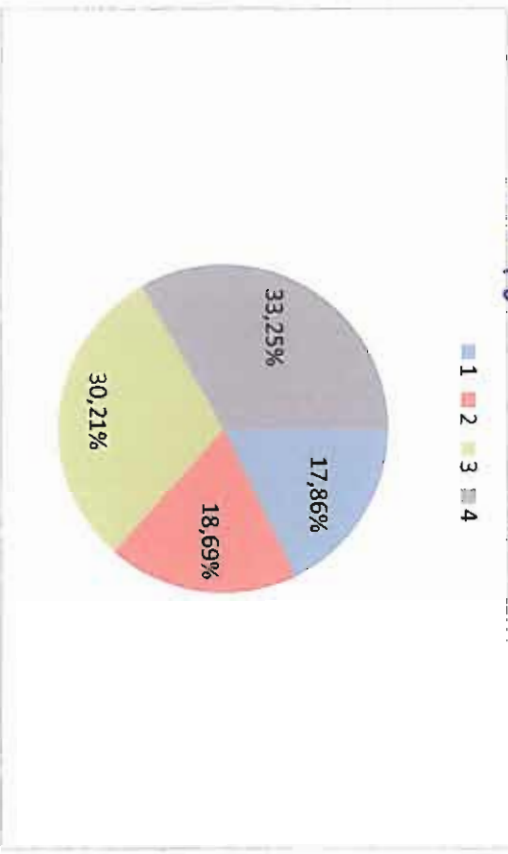
Grandes Opções do Plano

	2009	2010	Δ	
1 Equipamento Social e Desenvolvimento	11.179.700,00 €	7.915.900,00 €	3.263.800,00 €	29,19%
2 Desenvolvimento Local e Equipamento Colectivo	5.515.000,00 €	8.284.950,00 €	-2.769.950,00 €	-50,23%
3 Ambiente e qualidade de Vida	17.123.120,00 €	13.392.800,00 €	3.730.320,00 €	21,79%
4 Inovação, Investimento e Emprego	24.294.700,00 €	14.740.087,00 €	9.554.613,00 €	39,33%
	58.112.520,00 €	44.335.747,00 €	13.776.773,00 €	23,71%

2009



2010



Handwritten signatures at the top right of the page.

Ponto 2.2.7

PROPOSTA

Fundão, 21 de Dezembro de 2009

A Assembleia Municipal do Fundão propõe que os representantes da Assembleia Municipal na Comunidade Intermunicipal Comurbeiras sejam os seguintes:

- Rogério Manuel dos Santos Hilário;
- Henrique Manuel Pereira Dias;
- Abel Rodrigues;
- Carlos Manuel Gomes Jerónimo;
- Luís Lourenço.

Subscritores,

Handwritten signatures and notes of the subscribers:

- Jacinto*
- +13-11-3114*
- Abel Lima B*
- Luís Lourenço*
- Luís Lourenço*
- Luís Lourenço*
- Luís Lourenço*
- Luís Lourenço*

[Handwritten signature]

Ponto 2.2.8

PROPOSTA

Fundão, 21 de Dezembro de 2009

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que o representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde da Cova da Beira (ACES) seja o membro do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, José Manuel Neves Costa.

Subscritores,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Handwritten initials

Handwritten signature

Ponto 2.2.9

PROPOSTA

Fundão, 21 de Dezembro de 2009

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que o representante da Assembleia Municipal na Comissão de Nível Concelhio para o Licenciamento Comercial seja o membro do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, Luís da Cruz Ventura Duarte Gavinhos.

Subscritores,

Handwritten signature

Paulo José João Loureiro

Handwritten signature

Handwritten initials

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Liliana Domingues Reis

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

[Handwritten signatures]

Ponto 2.2.6

PROPOSTA

Fundão, 21 de Dezembro de 2009

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que o autarca de freguesia que integrará a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios seja o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bogas de Cima, Filipe Marques Gonçalves.

Subscritores,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Handwritten initials/signature in the top right corner.

Ponto 2.2.4

C.RODA

PROPOSTA

Fundão, 21 de Dezembro de 2009

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que o autarca de freguesia que integrará o Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna seja o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria, João Manuel Lopes Boléu.

Subscritores,

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Antónia Oliveira

Liliana Domingues Reis

Fernando de Sousa

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

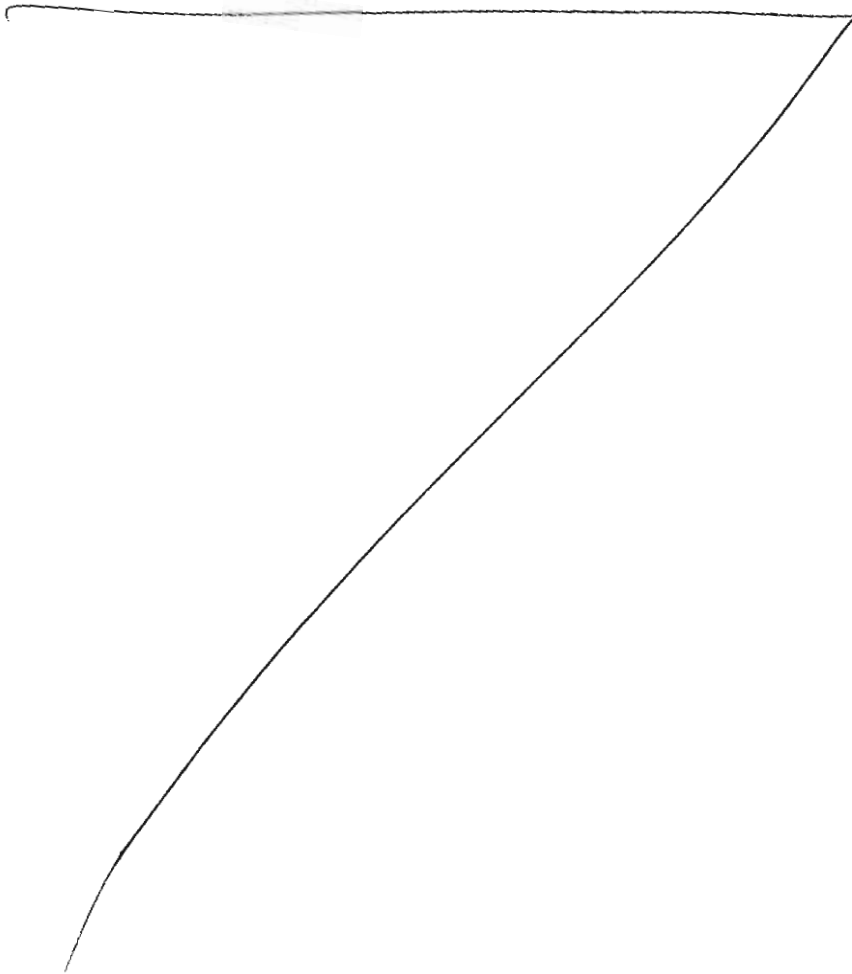
hny (K)

GRUPOS MUNICIPAIS E COMISSÕES

① GRUPO PARLAMENTAR DO CDS/PP É REESTAB.
POR AÍRES LINO ALMEIDA PARREIRO.

Alexandre

2009/12/21



Grupo Municipal

Handwritten signature

Nuno Baltazar Mendes

Abel Maria A. Lima Rodrigues

Rosa Norberto Moreira

Pedro Leal salvado

Bruno Ramos

Berta Oliveira

João Manuel Taborda

Luis castanheira

Joana Morgadinho Bento

Nuno Lopes

Helga Capelo

Francisco Oliveira Gonçalves

José Joaquim Mota

Luis ardeia

Vitor Hugo Costa

Jorge Manuel Batista Santos

lider do Grupo: Nuno Baltazar Mendes

Comissão Permanente

Comissão Transitó

: Pedro salvado

: Nuno Lopes

Handwritten signatures

Abel

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

joanaBento

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

AMH - Paulo

GRUPO MUNICIPAL

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA - CDU

- Catarina Barinho

- Luís Lourenço

Líder do Grupo: Catarina Barinho

Comissão Permanente: Luís Lourenço

Comissão de Trânsito: Catarina Barinho

Catarina M^ª Q. M. V. Guimarães
Luís Lourenço

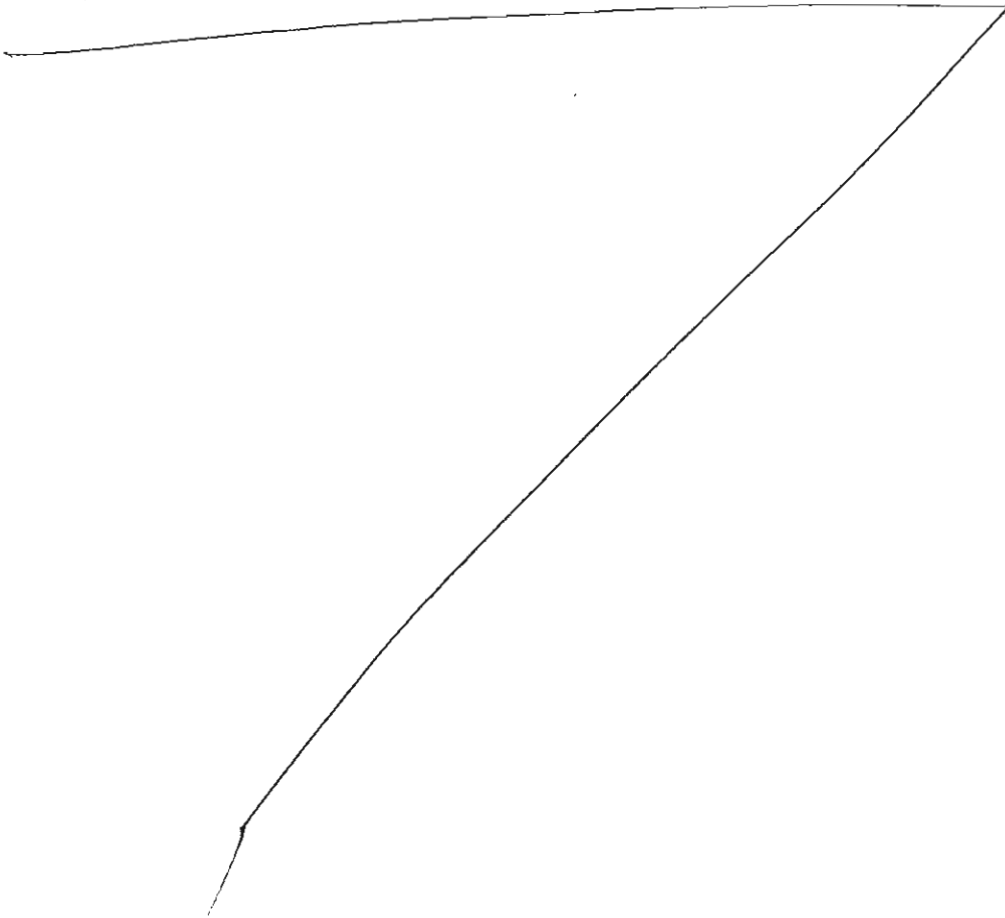
Handwritten signature or initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL de COMURBEIRAS

O Grupo PARLAMENTAR do EX/18 É REPRESENTADO
POR DICES LINO ALMEIDA PATRÍCIO.

Handwritten signature of Dices Lino Almeida Patrício.

2005/12/21



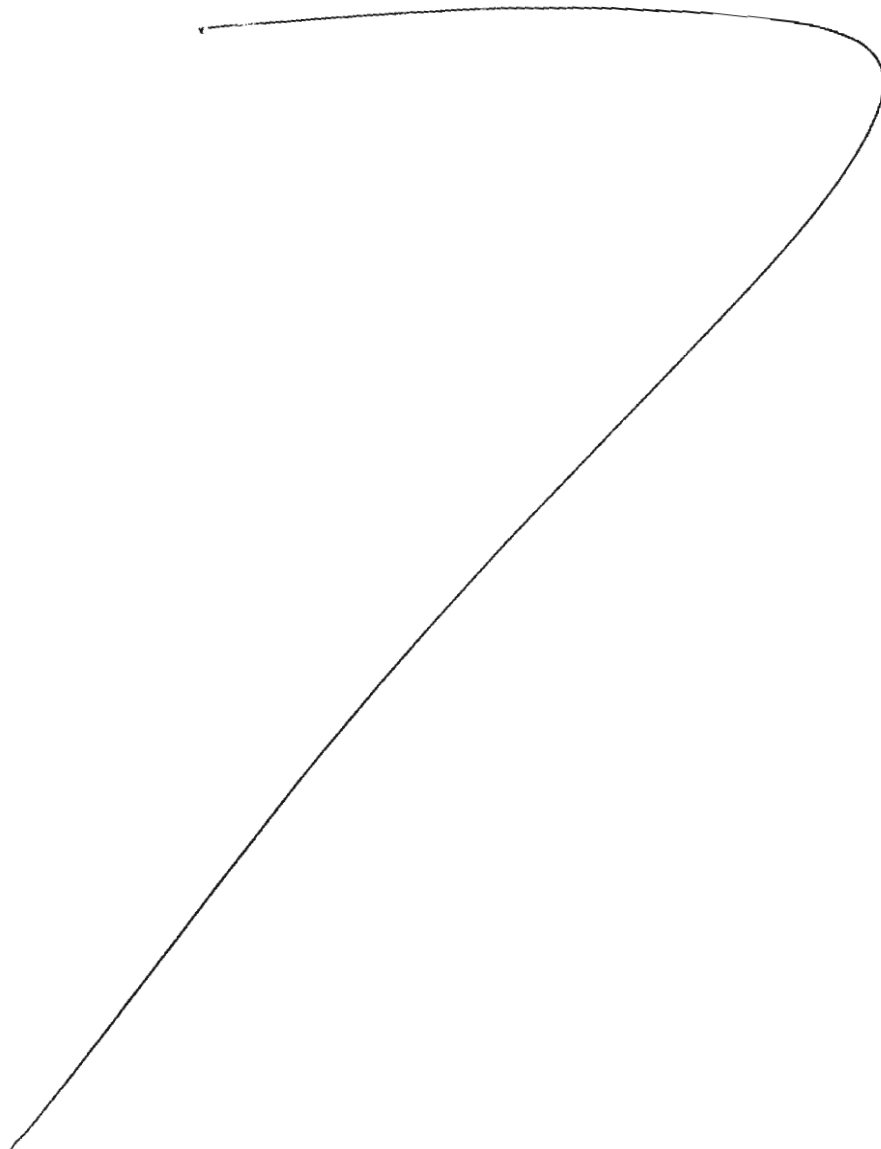
Handwritten signature or initials in the top right corner.

COMISSÃO PERMANENTE

O GRUPO PARLAMENTAR ²⁰ ODS/PP É REPRESENTADO POR AIRES LINO ARAÚJO PARÍCIO.

2009/12/24

Handwritten signature: Aires Lino Araújo Parício



Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs Vereadores

Ex.mos Srs. Membros da comunicação social

Ex.mos Senhoras e Senhores

O grupo da CDU, nesta sua primeira intervenção na Assembleia Municipal, deseja que este órgão funcione sempre da melhor forma, cumprindo na íntegra as suas funções. Para que isso possa acontecer, todos nós teremos de fazer o trabalho para o qual fomos eleitos. É necessário que o Regimento da Assembleia assim o permita.

O grupo da CDU propõe que se adoptem medidas de simples execução que possam permitir uma melhor agilização de processos. O envio atempado, por exemplo por correio electrónico, da documentação em discussão, a gravação digital das Assembleias, uma boa divisão dos tempos de intervenção de todos, incluindo os do Sr. Presidente da Câmara, são medidas de eficiência, simples e gratuitas, que nos permitirão um significativo ganho de produtividade.

Há também questões relacionadas com o espaço físico da Assembleia que gostaríamos de ver significativamente melhoradas. Esta sala, apesar do seu simbolismo, não é com certeza a melhor em termos de condições de trabalho. É altura de se pensar numa melhor solução.

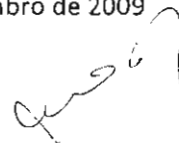
O grupo da CDU está especialmente preocupado com o desemprego, que, como sabem, no 3º trimestre de 2009 chegou oficialmente aos 9,2%. Vemos com

C-267

A informação do Sr. Presidente, está titulada "Rumo ao Futuro", porém o seu conteúdo contraria o título. Fica-se pela contenção de danos actuais, o que é absolutamente necessário, mas quanto ao futuro, para além dos projectos já em curso, nada se vislumbra. E o futuro exige que, para além da crise e por causa dela, tenhamos uma ideia clara de como a superar também aqui no nosso concelho. E é essa perspectiva que aqui falta.

Pequenas notas:

1. Aspectos da informação – depois das nossas chamadas de atenção, desapareceram as listagens. Não devem desaparecer. Devem ser colocadas de forma correcta.
2. Resumo diário da tesouraria. O que é isto? É a súmula do ano? Que adianta esta informação? N.os de código de Ordens de pagamento não nos dizem nada.
3. Não está na informação. Mas está nos jornais. E eu, já pessoalmente chamei a atenção do Sr. Presidente. O pavimento das ruas no Espírito Santo está uma desgraça. Mas não é só no Espírito Santo. Como chamou a atenção a maioria PSD, em tempos, e relativamente a legados da governação PS, também hoje, se uma volta a Portugal em bicicleta quisesse passar pelo Fundão não podia.
4. Mas não é só a questão da volta é a questão da atractividade da zona central e histórica do Fundão que está em causa, porque de facto não existe. Essa atractividade é estratégica para o nosso desenvolvimento e relativamente a ela, esta maioria, já em terceiro mandato muito pouco tem feito.
5. Já agora, quando se perspectiva o fim das obras, necessárias mas demasiado prolongadas, exactamente junto ao Espírito Santo?
6. A síntese da informação financeira deixa-me perplexo. Ela reporta-se a 15 do 12. À distância de duas semanas do final do ano. Já sabemos que os orçamentos são inflacionados. Compreendemos algumas razões para tal facto, mas não deixamos de criticar. Por isso as receitas cobradas de 33 milhões e quase 700 mil euros não me merecem reparos. Já no lado das despesas há algo que não entendemos. Como é que, dos quase 60 milhões de euros comprometidos apenas, cerca de 32 milhões estão pagos. A diferença não é para ser toda paga estes ano ou será. Expliquem-nos, não nos atirem apenas com números. É que, se do lado das despesas de capital ainda se entende, como é que se pode aceitar que em termos de despesas correntes tenhamos, neste momento, comprometidos montantes de 21 milhões e 700 mil euros, e apenas pagos 15 milhões e meio.



Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs Vereadores

Ex.mos Senhoras e Senhores

Em primeiro lugar quero começar por desejar a todos um Bom natal e um ano de 2010 bem melhor do que foi o de 2009.

A quadra é de festa de paz e de concórdia. Poderá pois parecer descabido fazer críticas, nesta época. Porém, a nossa responsabilidade enquanto eleitos, perante quem nos elegeu, nos permite que deixemos em claro aquilo que entendemos estar mal e que pode e deve ser corrigido. Sr. Presidente entenda estas palavras numa perspectiva de crítica séria, leal, mas construtiva. É, pelo menos, esse o espírito com que a faço.

Os documentos apresentados e em discussão nesta Assembleia dão-nos uma clara sensação de que a gestão PSD entrou na fase assumidamente decrescente.

Estamos no último mandato do Dr. Manuel Frexes enquanto Presidente da Câmara e começa a manifestar-se uma clara falta de fôlego, de rasgo e de golpe de asa, nesta governação.

Eu sei que as dificuldades são grandes. Mas parece que essas dificuldades e algum desgaste do prolongado exercício do poder, pela maioria PSD, estão a tolher a imaginação e a capacidade de iniciativa.

Aquando da discussão dos documentos previsionais justificaremos um pouco melhor esta nossa posição.

Se eu fosse um botabaixista diria: ainda bem! É apenas bom para nós, enquanto oposição, que eles se afundem. Mas porque a CDU tem uma postura de oposição construtiva, e o que a move são os interesses do Fundão, esperemos que estes sejam apenas sintomas de uma "indisposição" passageira. Garantimos uma coisa. Cá estaremos para chamar a atenção de V. Excelências e para dar o contributo que nos for possível com o objectivo de que sejam encontrados os caminhos da resolução dos muitos e graves problemas com que o Fundão se enfrenta.

E é aqui que esta maioria já não parece saber o que fazer. Fica refém das circunstâncias e dos seus próprios erros passados e falta-lhe a capacidade de perspectivar o futuro. Tal atitude repercute-se no documento que aqui nos é presente.

Continuamos com orçamentos inflacionados. É a regra. Apresentam-nos razões. Entendemos algumas, mas não podemos deixar de continuar a criticar a prática.

Mas façamos comparações. Com o ano passado, por exemplo. Menos 1 milhão e 600 mil euros. Conseguídos como? Nas receitas: menos 3 milhões nas correntes e mais 1 milhão e 400 mil nas de capital. Nas despesas: menos 300 mil correntes e menos 1 milhão e 300 mil nas de capital. Não se entende muito bem.

Já agora, fazer coincidir exactamente as receitas e despesas correntes e de capital, fica com um ar de acerto artificial.

Mas onde as diferenças são mais elucidativas é nas “Grandes opções do plano”.

Em termos globais decrescem 23%, passam de 58 milhões para 44 milhões.

Se este decréscimo já não é bom, bem pior, nomeadamente em termos de indícios das preocupações deste executivo, é a distribuição do mesmo pelas quatro grandes áreas.

Só uma leitura atenta e com tempo, que me não foi possível fazer como desejaria, permite entender claramente o que, de facto, inclui cada área. Até porque a explicação que surge no texto, é parcimoniosa nas palavras, e por isso, não sei de propositadamente, não esclarece. Ficamo-nos pelos títulos.

O capítulo 4 – Ambiente e qualidade de vida – é o que sofre menores alterações. Apenas decresce cerca de 22%, de 17 milhões para 13 milhões. Mantêm-se com cerca de 30% do total.

O capítulo 2 até cresce. Cerca de 50%, dos 5 milhões e 500 mil para os 8 milhões e 300 mil. (É aqui que estão os lares?). Em termos de distribuição proporcional passa dos 9,5% para mais de 18%.

Mas onde fica mais claro que prescinde da aposta num real desenvolvimento futuro é nos valores dos outros dois capítulos: 1 – Equipamento Social e Desenvolvimento e 4 – Inovação Investimento e Emprego.

O primeiro sofre um corte de cerca de 30% e passa 11 milhões de euros para 8 milhões decrescendo em termos de peso percentual dos quase 19,5% para 18%.

O segundo, e repito: Inovação, Investimento e Emprego, é o que mais perde. Passa 24 milhões e 300 mil, para apenas 14 milhões e 700 mil, uma diminuição de cerca de 40%. O seu peso, em termos percentuais passa dos cerca de 42% para apenas pouco mais de 33%.

É de facto este corte o mais significativo. Mais, é aquele que indicia a falta de perspectiva de futuro e a desistência desta maioria da preocupação de encontrar um rumo de real combate e superação da crise em que vivemos. E esse é, em nosso entender, o grande pecado dos documentos que aqui nos são presentes.

Como disse o orçamento é inflacionado. Deste, aquilo que vai efectivamente ser executado pouco depende da vontade desta Assembleia mas muito mais do que a maioria do PSD decidir fazer no Executivo. As indicações das suas opções, como aqui mostramos, não são as que mais interessam ao desenvolvimento do município.

Veremos o que conseguirão fazer quando aqui nos trouxerem as contas do ano.

agradado que uma das áreas a que a Câmara Municipal vai dar ênfase é ao emprego. Gostaríamos por isso de insistir num caso particular que se passa no nosso concelho. A empresa Proudmoment, antiga Masssito, tem 120 trabalhadores actualmente com os seus contratos de trabalho suspensos. Esta situação cria incertezas e angústias aos trabalhadores quanto ao seu futuro. A Administração afirma que a empresa não tem viabilidade e não existem perspectivas de resolução de liquidez da empresa, não estando assim previsto retomar o processo de produção.

Ao longo do ano de 2009, por diversas vezes se verificaram atrasos no pagamento dos salários, ou foram pagos faseadamente. Em virtude de os trabalhadores não vislumbrarem nenhuma alternativa, face ao actual atraso no pagamento dos salários, entenderam suspender os contratos de trabalho.

Não podem ser os trabalhadores, à custa dos seus salários e dos seus postos de trabalho, a pagar a factura da crise, e que as empresas saiam impunes, sem cumprir com as suas responsabilidades em assegurar os direitos dos trabalhadores.

O grupo parlamentar do PCP já colocou algumas questões sobre esta situação ao governo, mas ainda não obteve qualquer resposta.

Nós temos consciência que as competências da Câmara para a resolução deste problema são muito limitadas, mas como o Sr. Presidente disse em campanha estar atento a esta situação e ir fazer os possíveis para resolver o problema, gostaríamos de saber o que já foi feito e o que será ainda possível fazer.

A todos um bom Natal e um excelente 2010

Muito Obrigada



Despesas e Receitas (por rubrica)

	2009	2010	
1 Despesas com pessoal	6.285.860,00 €	6.283.200,00 €	0,04%
2 Aquisição de bens e serviços	13.243.246,00 €	13.383.975,00 €	-1,06%
3 Juros e outros encargos	1.714.700,00 €	1.438.800,00 €	16,09%
4 Transferências correntes	1.777.500,00 €	1.726.025,00 €	2,90%
6 Outras	272.320,00 €	114.000,00 €	58,14%
total correntes	23.293.626,00 €	22.946.000,00 €	1,49%
7 Aquisição de bens de capital	36.194.000,00 €	35.125.250,00 €	2,95%
8 Transferências de capital	4.845.000,00 €	5.206.200,00 €	-7,46%
9 Activos financeiros	2.266.120,00 €	665.000,00 €	70,65%
10 Passivos financeiros	4.000.000,00 €	5.010.000,00 €	-25,25%
11 Outras	20.000,00 €	30.000,00 €	-50,00%
total capital	47.325.120,00 €	46.036.450,00 €	2,72%
TOTAL	70.618.746,00 €	68.982.450,00 €	2,32%

Receitas				Despesas			
	2009	2010	A		2009	2010	A
Correntes	25.997.530,00 €	22.946.000,00 €	-3.051.530,00 €	Correntes	23.293.626,00 €	22.946.000,00 €	-347.626,00 €
Capital	44.621.216,00 €	46.036.450,00 €	1.415.234,00 €	Capital	47.325.120,00 €	46.036.450,00 €	-1.288.670,00 €
	70.618.746,00 €	68.984.460,00 €	-1.634.286,00 €		70.618.746,00 €	68.984.460,00 €	-1.634.286,00 €

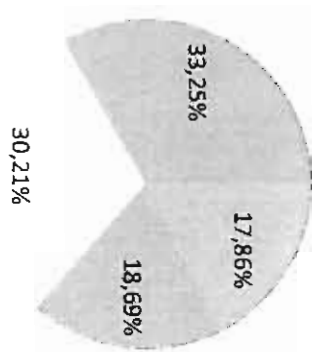
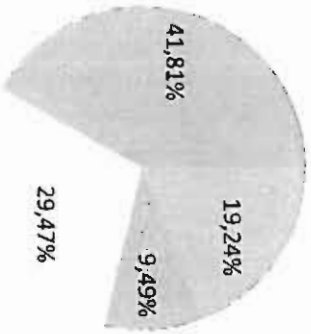
Handwritten signature

Grandes Opções do Plano

	2009	2010	Δ	
1 Equipamento Social e Desenvolvimento	11.179.700,00 €	7.915.900,00 €	3.263.800,00 €	29,19%
2 Desenvolvimento Local e Equipamento Colectivo	5.515.000,00 €	8.284.950,00 €	-2.769.950,00 €	-50,23%
3 Ambiente e qualidade de Vida	17.123.120,00 €	13.392.800,00 €	3.730.320,00 €	21,79%
4 Inovação, Investimento e Emprego	24.294.700,00 €	14.740.087,00 €	9.554.613,00 €	39,33%
	58.112.520,00 €	44.335.747,00 €	13.776.773,00 €	23,71%

2009

2010



1 2 3 4

1 2 3 4

Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs Vereadores

Ex.mos Senhoras e Senhores

Este é o primeiro orçamento deste mandato, não há orçamento de Estado, a época é festiva, etc. Questões que podiam justificar uma atitude maior contemplação para com eventuais falhas.

Porém há que assinalar:

Questões de prazos. Pecado recorrente. Não nos é dado tempo útil razoável para uma leitura atenta do documento.

Uma pequena questão formal. Não sei de quem é a responsabilidade de fazer/formatar este documento. Mas foi assinado, na sua capa, pelo Sr. Presidente e vereadores da maioria. Fazer, com a cópia do brasão, cópia também de toda a informação constante da página da Câmara referente a este brasão, e transcrevê-la no frontispício deste documento parece-me ser algo desadequado. Não é questão importante, mas a qualidade formal dos documentos de uma Câmara deve ser cuidada.

Agora questões de substância no documentos que nos é presente:

O plano de trabalho para ao próximo ano é claramente de minimização de danos. Minimização de danos da crise, mundial e nacional, que tem repercussões aqui no nosso Município. Mas de danos também de uma falta de recursos que o município parece ter e que resultam da sua situação financeira. Situação financeira cujo primeiro responsável é a gestão municipal de maioria absoluta PSD.

Não quer dizer que eles não devam ser minimizados. Porém, o sair da crise exige uma perspectiva de futuro, de longo prazo, e não apenas o minorar de problemas no curto prazo. E que não se compadece com a simples continuidade de projectos já em execução.